



CONGRESSO NACIONAL
CAMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº - CMMPV 1304/2025
(à MPV 1304/2025)

Acrescentem-se arts. 4º-1 e 4º-2 à Medida Provisória,
com a seguinte redação:

“**Art. 4º-1.** A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996,
passa a vigorar com as seguintes alterações:”

“**Art. 4º-2.** A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996,
passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 4º-A.** Os convênios de descentralização
celebrados entre a ANEEL e as agências reguladoras
estaduais e municipais terão autonomia ampliada
para execução das atividades delegadas, observadas
as diretrizes gerais estabelecidas pela ANEEL.

§ 1º As agências estaduais e municipais
conveniadas terão competência para:

- I – Estabelecer procedimentos específicos de
fiscalização adequados às características regionais;
- II – definir cronogramas e prioridades de
fiscalização em suas respectivas áreas de atuação;



III – aplicar sanções administrativas decorrentes de infrações apuradas em suas atividades de fiscalização;

IV – arrecadar e administrar os recursos provenientes das multas aplicadas em suas atividades de fiscalização.

§ 2º Do total da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) arrecadada em cada estado, até 30% (trinta por cento) será destinado às agências estaduais conveniadas, proporcionalmente às atividades efetivamente executadas.

§ 3º O valor da TFSEE não repassado as agências estaduais deverá ser alocado exclusivamente para funcionamento da ANEEL e eventuais sobras orçamentárias somente poderão ser remanejadas no último mês de exercício anual da agência.

§ 4º Os recursos de que trata o § 2º serão transferidos trimestralmente pela ANEEL às agências conveniadas, mediante comprovação da execução das atividades delegadas e para cobertura dos custos fixos das agências estaduais tendo como base na agência estadual de referência que deverá ser calculada pela ANEEL.



§ 5º À agência estadual de referência a ser definida pela ANEEL deve considerar os custos fixos, variáveis e demais custos e investimentos que garantam o pleno funcionamento das agências estaduais e deve levar em conta o número de consumidores atendidos, número empresas que atuam no estado da federação e demais variáveis que achar pertinente para o dimensionamento da estrutura estadual.’ (NR)

‘Art. 4º-B. As multas aplicadas pelas agências estaduais e municipais no exercício das atividades de fiscalização delegadas serão integralmente destinadas ao fundo próprio da respectiva agência, vedada qualquer forma de contingenciamento ou bloqueio por parte dos entes federativos.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este artigo deverão ser aplicados exclusivamente em atividades de regulação e fiscalização do setor elétrico.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



JUSTIFICAÇÃO

I. CONTEXTUALIZAÇÃO DO FEDERALISMO COOPERATIVO NO SETOR ELÉTRICO

O sistema federativo brasileiro, consagrado na Constituição Federal de 1988, estabelece um modelo de federalismo cooperativo que pressupõe a colaboração entre os entes federativos na execução de políticas públicas. No setor elétrico, essa cooperação se materializa através dos convênios de descentralização celebrados entre a ANEEL e as agências reguladoras estaduais e municipais.

Atualmente, a ANEEL mantém convênios com diversas agências estaduais, permitindo a descentralização de atividades como fiscalização de serviços e instalações de energia elétrica, estímulo à organização e participação dos consumidores, e mediação de conflitos. Contudo, o modelo atual apresenta limitações que comprometem a eficiência e a autonomia dos entes subnacionais.

II. DIAGNÓSTICO DO MODELO ATUAL

O modelo vigente de convênios entre a ANEEL e as agências estaduais apresenta algumas deficiências estruturais que limitam sua eficácia:



Centralização Excessiva: As agências estaduais atuam como meros executores das diretrizes federais, sem autonomia para adaptar os procedimentos às especificidades regionais.

Insuficiência de Recursos: A remuneração das agências estaduais é limitada e não reflete adequadamente o volume e a complexidade das atividades executadas e não há cobertura adequada para os custos fixos.

Ausência de Incentivos: A impossibilidade de retenção dos recursos provenientes de multas aplicadas reduz os incentivos para uma fiscalização efetiva.

Dependência Orçamentária: A dependência de repasses federais compromete a autonomia operacional das agências estaduais.

III. FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

A proposta de ampliação da autonomia dos estados e municípios encontra sólido fundamento na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional.

Princípio Federativo: O artigo 1º da Constituição Federal estabelece a República Federativa do Brasil como forma de Estado, pressupondo a autonomia dos entes federativos. O artigo 18 reforça que "a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende



a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos".

Competência Comum: O artigo 23 da Constituição Federal estabelece competências comuns entre os entes federativos, incluindo a proteção do meio ambiente e o direito do consumidor, que se relacionam diretamente com a fiscalização do setor elétrico.

Autonomia Administrativa: O artigo 25 da Constituição Federal garante aos estados "as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição", incluindo a capacidade de organizar seus próprios serviços administrativos.

Lei Geral das Agências: A Lei nº 9.986/2000 reconhece a possibilidade de descentralização de atividades regulatórias, estabelecendo as bases para os convênios entre agências federais e subnacionais.

IV. ANÁLISE COMPARADA E MELHORES PRÁTICAS

A descentralização de atividades regulatórias com autonomia ampliada é prática consolidada em diversos países federativos:

Estados Unidos: O sistema regulatório americano é caracterizado pela forte autonomia dos estados na regulação dos serviços públicos, incluindo o setor elétrico. As Public Utility Commissions estaduais possuem ampla autonomia para



estabelecer tarifas, padrões de qualidade e procedimentos de fiscalização.

Canadá: O modelo canadense combina regulação federal e provincial, com as províncias mantendo autonomia significativa na regulação da distribuição de energia elétrica.

Alemanha: O sistema alemão de regulação energética combina autoridades federais e estaduais, com os “estados” mantendo competências específicas na fiscalização e licenciamento.

V. ANÁLISE DE IMPACTO DA PROPOSTA

A implementação da autonomia ampliada para estados e municípios produzirá impactos positivos significativos:

1. Eficiência Regulatória: A adaptação dos procedimentos às especificidades regionais aumentará a eficiência da fiscalização e reduzirá custos operacionais.
2. Proximidade com o Consumidor: A atuação local das agências estaduais proporcionará maior proximidade com os consumidores e melhor compreensão das demandas regionais.
3. Fortalecimento Institucional: A autonomia financeira e operacional fortalecerá as instituições regulatórias



subnacionais, contribuindo para a melhoria da governança setorial.

4. Redução de Custos: A descentralização efetiva reduzirá os custos de fiscalização da ANEEL, permitindo maior foco em atividades estratégicas, como por exemplo a modicidade tarifária.

VI. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A proposta de destinação de até 30% da TFSEE às agências estaduais é financeiramente sustentável e proporcionalmente adequada:

Base de Cálculo: A TFSEE arrecadou R\$ 1,25 bilhão em 2024, com previsão de R\$ 1,35 bilhão em 2025. A destinação de 30% representaria aproximadamente R\$ 405 milhões anuais para o conjunto das agências estaduais. Em 2024, a ANEEL teve um orçamento de R\$ 180 milhões, mas solicitou R\$244 milhões ao governo federal para as suas operações. A proposta de destinação de até 30% não afetaria o funcionamento operacional da agência federal.

Proporcionalidade: O percentual de até 30% é proporcional ao volume de atividades executadas pelas agências estaduais e inferior aos custos que a ANEEL teria para executar diretamente essas atividades.

Eficiência Alocativa: A destinação de recursos às agências que efetivamente executam as atividades



promove maior eficiência na alocação de recursos públicos. A transferência é fundamental para os estados que estão em Regime de Recuperação Fiscal, como por exemplo, o Rio de Janeiro. Possibilitar o estado fiscalizar os serviços de energia elétrica é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da população.

VII. ASPECTOS OPERACIONAIS

A implementação da proposta requer ajustes operacionais que são tecnicamente viáveis:

Sistemas de Monitoramento: A ANEEL deverá desenvolver sistemas de monitoramento das atividades executadas pelas agências estaduais para garantir a qualidade e uniformidade, permitindo que os estados possam fazer ajustes adequando sempre que possível as particularidades regionais.

Capacitação Técnica: Será necessário investir na capacitação técnica das equipes das agências estaduais para garantir a adequada execução das atividades delegadas, por isso a transferência de recursos é fundamental.

Harmonização Normativa: A ANEEL deverá estabelecer diretrizes gerais que garantam a harmonização dos procedimentos em âmbito nacional, preservando a autonomia regional.



VIII. CONCLUSÃO

A presente emenda representa um avanço significativo na modernização do modelo regulatório do setor elétrico brasileiro. Ao ampliar a autonomia dos estados e municípios, a proposta promove maior eficiência, proximidade com o consumidor e fortalecimento institucional.

A medida está alinhada com os princípios constitucionais do federalismo cooperativo e com as melhores práticas internacionais de regulação descentralizada. A sustentabilidade financeira da proposta é assegurada pela destinação proporcional de recursos da TFSEE e pela retenção das multas aplicadas pelas agências estaduais.

A implementação da autonomia ampliada contribuirá para a melhoria da qualidade dos serviços de energia elétrica, o fortalecimento das instituições regulatórias subnacionais e a redução dos custos regulatórios, beneficiando diretamente os consumidores brasileiros.

Sala da comissão, 17 de julho de 2025.

Deputado Hugo Leal
(PSD - RJ)
2º Vice-Presidente da Comissão de Minas e Energia

